



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000691-21.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos**
Requerente: **Mandala Festas e Eventos Ltda-me**
Requerido: **Banco Santander Brasil**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que em data que especificou seu representante legal fazia o uso do internet banking do réu. Ressalvou que recebeu um comunicado sobre a necessidade de atualização do sistema de proteção do banco.

Ressalvou que seguiu o passo a passo das orientações que lhes foi repassadas, mas que posteriormente teve a informação que terceiros haviam invadido sua conta corrente e realizado um débito para pagamento de tributos.

Salientou que que fora vítima de um golpe, mas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

o réu se recusou a ressarcir-la pelos danos materiais que sofreu.

O réu contestação ressaltou que a parte autora fora vítima de fraude praticada por terceiros, vez que repassou seus dados sigilosos, inclusive posição atualizada do TOKEN por diversas vezes.

Ressaltou que agindo dessa forma, o prejuízo deve ser suportado exclusivamente por ela, tendo em vista que os fatos se deram por culpa exclusiva da vítima, que não agiu com a cautela necessária que se esperava para o fato, bem como, descumpriu as orientações de segurança indicada pelo banco.

Ainda que se reconheça que o Banco, na qualidade de fornecedor de serviços, responde objetivamente pela reparação dos danos causados ao consumidor por defeitos relativos à prestação dos serviços, nos termos do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, o que aliás restou consagrado na Súmula 479 do STJ: *“As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.”*

Não será, contudo, responsabilizado, na hipótese de culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros (art. 14, § 3º e incisos, CDC).

É a hipótese que se dá nos autos. Extrai-se do conteúdo da mídia juntada pela ré que a parte autora admitiu que seu preposto forneceu a estelionatário seus dados bancários, inclusive informações de segurança de seu “token” e que posteriormente constatou o débito em sua conta.

Diante desse relato, observa-se que os danos causados à autora não tiveram relação com falha na segurança dos serviços prestados pelo réu, pois, ainda que se exija extremo rigor na segurança e prevenção de fraudes, com mecanismos que impeçam que terceiros invadam seus sistemas, é certo que, in casu, isso somente ocorreu em razão da própria correntista, ainda que induzida a erro, ter fornecido os dados de acesso da conta a outrem, que, assim, efetuou o acesso como se a autora fosse, sem que tal ação pudesse ser percebida pelo Banco.

Essa a conduta da autora foi determinante para a ocorrência do evento danoso, não se identificando falha ou defeito na prestação de serviços de internet banking do réu, o qual foi acessado pelo estelionatário em razão da correntista ter-lhe fornecido, ingenuamente, as posições do dispositivo token e senha numérica, por meio de acesso a site falso.

Nesse contexto, demonstrada a culpa exclusiva da autora e de terceiros, resulta afastada a responsabilidade objetiva do banco pelo fraude perpetrada (art. 14, § 3º, inciso II, do CDC).

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em situação análoga já se pronunciou:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

“PRELIMINAR CERCEAMENTO DE DEFESA Mídia digital juntada após réplica da autora oportunizada a manifestação da autora após a juntada e antes da prolação da sentença Cerceamento de defesa não configurado Preliminar rejeitada. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS RESPONSABILIDADE CIVIL FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Inocorrência. Movimentações bancárias realizadas através de sistema internet banking - Apelante que admitiu ao funcionário do banco que forneceu dados e posições do dispositivo de "token", por telefone, para terceiro - Conduta que contribui para a ocorrência de fraude cometida por terceiros, não se identificando falha ou defeito na prestação de serviços do Apelado Hipótese de causa de excludente de responsabilidade (art. 14, § 3º II, do CDC) demonstrada e comprovada - Responsabilidade objetiva da instituição financeira elidida - Dever de indenizar não caracterizado - Sentença de improcedência mantida. Recurso não provido” (TJSP; Apelação n. 0010142-55.2014.8.26.0428; Relator (a): Denise Andréa Martins Retamero; Órgão Julgador: 24ª Câmara de Direito Privado; Foro de Paulínia - 1ª Vara; Data do Julgamento: 09/03/2017; Data de Registro: 16/03/2017).

Nota-se, outrossim, que a transação que se consumou foi basicamente rotineira as empresas (pagamento de tributos), o que afasta o argumento de que o Banco teria falhado ao não constatar eventual irregularidade na atipicidade da operação.

Assim, não constatada falha de segurança nos serviços prestados pelo réu, tendo em vista a conta corrente ter sido invadida em razão de conduta da própria correntista que, ludibriada, forneceu os dados a terceiros, resta excluída a responsabilidade objetiva do Banco.

Não há, portanto, nexos de causalidade entre a conduta do réu e os danos experimentados pela autora, restando ausentes, por conseguinte, os requisitos necessários para configuração da responsabilidade civil objetiva.

Aplica-se, portanto, ao caso concreto, em verdade, a excludente de responsabilidade prevista no artigo 14, § 3º, II, do Código de Defesa do Consumidor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas, deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 14 de maio de 2018.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**